

Dinheiro do BIRD para desenvolver o Paraná

por Rosemeiry Tardivo
de Curitiba

O governo do Paraná lançou ontem, em Curitiba, o Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano (PEDU), que terá US\$ 210,2 milhões para investimentos em projetos de modernização das administrações municipais e obras de infra-estrutura e desenvolvimento urbano. Os recursos, que serão repassados às prefeituras na forma de empréstimos, originam-se do Banco Mundial (BIRD) (US\$ 100 milhões), do Tesouro estadual (US\$ 67,4 milhões) e dos próprios municípios (cujas contrapartidas, no total, é de US\$ 42,8 milhões).

"O aspecto inédito do PEDU é que os repasses e os retornos financeiros serão feitos pelo Fundo de Desenvolvimento Urbano, que tem caráter rotativo e que portanto permitirá que o programa tenha continuidade, mesmo após esgotarem-se os recursos oriundos do Banco Mundial", informou o secretário de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Roberto Requião, durante a solenidade de lançamento do PEDU, ontem, no Palácio Iguaçu.

Os US\$ 67,4 milhões, de responsabilidade do Tesouro estadual, serão repassados às prefeituras por meio desse fundo, que também receberá os pagamentos que os municípios farão,

dentro de cinco a quinze anos, dependendo dos projetos a que se credenciarão. Dessa forma, tais retornos auxiliarão o rodízio de recursos do fundo para manutenção do PEDU.

Esses primeiros US\$ 210,2 milhões têm prazo para aplicação em cinco anos. As prefeituras que, entre outros critérios, comprovarem capacidade de investimentos e endividamento, deverão apresentar projetos incluídos nos dois subprogramas do PEDU: o de modernização administrativa e o de infra-estrutura e desenvolvimento. Para o primeiro, os recursos servirão para compras de equipamentos e projetos de planejamento urbano. O segundo correrá recursos para áreas de habitação, pavimentação, creche, postos de saúde e outras obras, como terminais rodoviários, matadouros públicos e mercados populares.

Os municípios pagarão os empréstimos a juros determinados anualmente (de acordo com a taxa estabelecida pelo Banco Mundial, a cada semestre), acrescidos de 2,5% de remuneração do fundo de desenvolvimento dos municípios e mais 0,5% de taxa de administração do Banestado, calculados sobre o saldo devedor atualizado e pagos mensalmente durante os períodos de carência e amortização dos empréstimos.